



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13097 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

O NOVO GOVERNO LULA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13.415/17):
REVOGAR OU REFORMAR?

Samanta Lopes Maciel - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Marcelo Lima - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Fernando de Oliveira Leal - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

O NOVO GOVERNO LULA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13.415/17): REVOGAR OU REFORMAR?

Resumo: Neste texto, debatemos o processo de luta que contesta a manutenção da Reforma do Ensino Médio (REM) no terceiro governo Lula (2023). Partindo dos conceitos de “bloco do poder”, “guerra de posição”, “guerra de movimento”, “hegemonia” e “contra hegemonia” analisamos as disputas (“a quente” e “a frio” entre àqueles que defendem impedir e àqueles que pretendem manter em curso a implementação da reforma do ensino médio (REM) e sua materialização no novo ensino médio (NEM). Os embates situados num cenário de um governo democrático como o “Lula III” indicam um enfrentamento mais equilibrado com forte tendência de manutenção da hegemonia já posta desde o governo Temer. Um avanço na contenção do calendário de implementação na portaria atual do Mec indica a força dos discursos contra hegemônicos dos movimentos sociais, pesquisadores e profissionais da educação, mas revela também que será a dialética entre guerra de posição e guerra de movimento que redefinirá o desdobramento histórico das relações de força em relação ao projeto em disputa sobre o que será o ensino médio neste governo de coalizão muito desvantajosa para os setores progressistas.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Revogação; Guerra de posição; Guerra de Movimento.

1. Introdução

Diante do aprofundamento da crise do capital, iniciada em 2008, importante

movimento reacionário colocou em xeque a legitimidade dos governos Lula-Dilma com importantes consequências para manutenção dos direitos sociais, sobretudo a educação. Retrocessos nas políticas públicas ganharam institucionalidade a partir de 2010 e culminaram no golpe de 2016, gerando a aprovação da REM (MP nº 746/16 e Lei nº 13.415/17) e da EC nº 95.

Em contestação a essas políticas vem sendo trilhados os caminhos da guerra de posição com seus discursos, pesquisas, posicionamentos, manifestos e formulações e da guerra de movimento com manifestações, passeatas, ocupações e paralisações. Conceituamos guerra de posição como principal forma da luta de classes em democracias burguesas, centrada na disputa de hegemonia, vista como capacidade de direção e domínio econômico, político, moral e intelectual da sociedade. Nesse tipo de sociedade, pode ocorrer uma virada para a guerra de movimento como principal forma de luta em contextos de crise. Assim, defendemos que há entrelaçamento entre guerra de movimento e de posição que acontecem concomitantemente (LIGUORI; VOZA, 2017).

No Brasil, discurso e contradiscurso, hegemonia e contra hegemonia evidenciaram enorme polaridade. O grupo dirigente se fortaleceu pela disputa discursiva e nas ruas rivalizando com a esquerda assumindo uma guerra de movimento que capturou setores reacionários.

As guerras de movimento e de posição contra o bolsonarismo estabeleceram um ambiente de contestação da hegemonia bolsonarista. Não obstante, reiterados apoios de setores evangélicos, militares, caminhoneiros e agronegócio, a incapacidade do governo de lidar com a Pandemia revelou sua incapacidade de manter a coesão do bloco do poder que o apoiou em 2018 e as eleições de 2022 representam a esperança de eliminar retrocessos como a REM.

Diante dessa conjuntura, tomamos como objetivo analisar as lutas que contestam a manutenção do NEM. Partindo dos conceitos de bloco do poder, guerra de posição de movimento, hegemonia e contra hegemonia analisamos as posições que defendem a revogação para caracterizar a disputa que opõe o movimento intelectual e político do “Revoganem” ao contramovimento que visa mantê-lo.

2. Metodologia

Para análise do que denominamos “guerra de posição”, agrupamos e contrapomos 17 notas, declarações e publicações de entidades acadêmicas e organizações empresariais educacionais que disputam o debate sobre o NEM. Para a análise sobre a “guerra de movimento” evidenciamos manifestações, passeatas e paralisações noticiadas na mídia e nos informes dos movimentos sociais contra o NEM. A partir da documentação selecionamos as informações mais relevantes para apontar conclusões, ainda que provisórias.

3. Análise e discussão dos resultados

Desde o governo Temer manifestações contra as medidas regressivas vêm crescendo via cartas e notas de setores contrários à REM e a resposta de defensores. Entre os signatários do segundo grupo destacam-se o Consed e o Todos Pela Educação (TPE), já no primeiro ressalta-se a ANPED, Programas de Pós-Graduação, Grupos de pesquisa, CNTE, CUT, ANDES, SINASEFE, FASUBRA, PROIFES, SIMPRO, MST, UNE e UBES.

Entre documentos, destacamos o consenso entre o movimento “Revogagem” quanto a revogação da REM, a contestação das medidas adotadas no pós-golpe: EC nº 95, a MP nº 746/16, a Lei nº 13.415/17, PNLN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2018 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica de 2021. Entre os elementos em comum destacam-se:

Hibridismo conceitual; Desqualificação do ensino público; Aprofundamento das desigualdades; Apropriação do fundo público; Privatização-fragmentação da EPT; Desmonte do EMI dos Institutos Federais; Precarização, desvalorização e intensificação do trabalho docente; Desvinculação e desaparecimento de conteúdos científicos; Engodo da escolha de itinerário; Ampliação do Tempo Integral sem investimento; Indução de jovens de escolas públicas a profissionalização precária e de baixa complexidade; Reduz a educação profissional à condição de itinerário formativo, dissociando a formação geral; Distancia a consolidação de um sistema nacional de educação.

Os setores que defendem a manutenção do NEM, o TPE e o CONSED, têm como argumento central a ausência de coordenação do MEC na gestão Bolsonaro além dos seguintes elementos:

A REM só precisa de ajustes; Aprimorar currículo e o comprometimento da gestão; Valorizar construção coletiva liderada pelas redes estaduais; Reiterar formação vigente dos professores para possibilitar oferta dos Itinerários; Não descartar o esforço feito na implementação; Consideram a REM uma política estruturadora; No modelo anterior o aluno não aprendia; A suspensão da implementação atrasa e inviabiliza o Novo Enem; Veem a consulta pública como instrumento para coletar dados que ajudem a reestruturar o NEM.

As posições acima são comuns tanto nos documentos da Consed quanto do TPE, contudo, este reconhece problemas no NEM: A redução de carga horária de disciplinas básicas e a ampliação de carga horária total; itinerários que não promovem aprofundamentos de áreas do conhecimento e necessitam de revisão; rever a forma de estabelecer o teto da formação geral; Limite de 20 % para EAD é excessivo;

O conteúdo demonstra que há uma guerra de posição em torno da revogação x manutenção do NEM. De um lado, as forças conservadoras defendem a continuidade argumentando que os problemas podem ser resolvidos com comprometimento do MEC na coordenação da implementação e defendendo ajustes e aprimoramentos. Por outro, setores

que reivindicam a revogação são uníssonos em afirmar os problemas, como a descaracterização da última etapa da educação básica, a precarização e a desregulamentação da carreira docente.

A defesa da revogação é contundente quanto às graves perdas curriculares dos estudantes causadas pela exclusão de disciplinas e redução da formação básica comum. No entanto, ao não definir estratégia para construir uma nova proposta deixam brechas para canalização desse movimento por congressistas oportunistas.

A guerra de posição em torno da revogação x manutenção demonstra que no contexto de superação do governo Bolsonaro, a democracia começa a ser reestabelecida, assim como o debate, pois visões não hegemônicas vêm ganhando espaço apesar do apoio da grande mídia ao NEM.

Embora a guerra de posição seja relevante, a consideramos insuficiente, sendo necessário alinhá-la à guerra de movimento que já é travada nessa pauta desde 2016.

4. #RevogaNEM: uma nova primavera?

A Primavera Secundarista, manifestações estudantis de 2016, foi marcada por milhares de ocupações de escolas em todo o país, contou com o apoio de diversos setores na luta contra a EC nº 95 e a REM e conseguiu impor derrotas ao projeto de Temer, mesmo não barrando a aprovação da REM.

A eleição de Lula foi percebida pelas forças progressistas como oportunidade para revogar o NEM levando ao aumento de ações realizadas por entidades organizações populares. No dia 07 de março de 2023, a CNTE e o Sindicato dos Professores de São Paulo (Apeoesp) pautaram a revogação do NEM em reunião com o presidente Lula. Na ocasião, Heleno Araújo, presidente da CNTE afirmou “a ideia é revogar o entulho do golpe” (VILELA, 2023). Na mesma esteira, foi divulgado pelas redes sociais um abaixo-assinado promovido pelo deputado Glauber Braga (PSOL), que conta com mais de 160 mil assinaturas.

No dia 15 de março, realizou-se uma grande luta convocada por UBES, UNE e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) que contou com mais de 150 mil manifestantes em 51 cidades do país, sendo 20 mil na Avenida Paulista (MONCAU, 2023).

Após essas manifestações, parlamentares da comissão de educação do PSOL protocolaram um projeto de decreto legislativo para sustar o cronograma nacional de implementação do NEM e no dia 21 de março, Lula fez a afirmação pelo Twitter que havia conversado com o Ministro sobre o tema. Embora Lula não tenha se comprometido explicitamente com a revogação, no mesmo dia o líder do governo na Câmara dos Deputados protocolou o PL nº 1.299/23, que visa revogar os itinerários formativos possibilitando avanços legais para a revogação. Contudo, o PL não foi debatido com a sociedade civil e ainda não atende às demandas expressas nas ruas.

No entanto observamos que essas movimentações mostram que as pressões têm surtido efeito. O ato mais recente trata-se do requerimento 2/2023 de autoria do Dep. Rogério Correia, vice-líder do governo que aprovou na Câmara a realização de um debate sobre a situação da implementação do NEM com o fim de apontar elementos para sua reestruturação.

No dia 22 de março, ocorreram novas manifestações, desta vez convocadas pela CNTE, para pautar o cumprimento do piso salarial dos professores e a revogação do NEM com atos públicos em 14 estados envolvendo UBES, Apeoesp, CUT, CNTE, União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES), deputados do PT e do PSOL em São Paulo e reunindo cerca de 5 mil pessoas (BOCCHINI, 2023; CNTE. 2023).

Na esteira dessas lutas, a UBES convocou novas manifestações para os dias 28 de março e 14 de abril, com a primeira data em memória de Edson Luís, estudante assassinado pela ditadura militar, e pela revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e do NEM. Enquanto a segunda foca na revogação do NEM, tendo o nome de “2º Dia nacional de mobilização pela revogação do Novo Ensino Médio”.

Em resposta, o MEC publicou em 04 de abril a portaria n° 624/23 que suspendeu os artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Portaria MEC n° 521/21 por um prazo de 60 dias após finalização da consulta pública determinada na portaria n° 399/23 suspendendo o cronograma de implementação do NEM. Numa reação dos setores comprometidos com a manutenção do NEM, no dia 05 de abril, escolas privadas sinalizam entrar na guerra de movimento entrando na justiça para manter a implementação, como noticiado pela Folha de São Paulo (CUNHA, 2023).

5. Considerações Finais

A guerra de posição e movimento em torno da revogação do NEM tem seus primeiros resultados positivos para defensores da revogação com a publicação da portaria MEC n° 624/23, que é considerado um avanço, mas não é uma vitória, posto que tenta negociar concepções distintas e conflitantes quanto aos fundamentos do ensino médio.

A dialética entre guerra de posição e de movimento nos permite entender que a disputa entre discurso e contradiscursos não se resolve no nível abstrato das formulações, mas se define nas relações de força em jogo. Nesse sentido, acreditamos que mesmo com o atual governo, as transformações no ensino médio serão objeto de mudanças à quente. Ou seja, a revogação do NEM será produzida pelo enfretamento nas ruas e nas escolas. A tendência de manutenção da REM permanece não obstante as vozes contrárias, logo é preciso reforçar a guerra de movimento para colocar a contra-hegemonia em outros termos e reposicionar as escolhas no congresso e no executivo sobre a educação nacional.

REFERÊNCIAS

BOCCHINI, B. **Professores e alunos fazem manifestação em SP contra novo ensino médio.** Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/professores-e-alunos-fazem-manifestacao-em-sp-contrano-novo-ensino-medio>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CNTE. **Piso e carreira andam juntos: atos em todo país reivindicam valorização dos/as trabalhadores/as da educação pública.** Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75905-piso-e-carreira-andam-juntos-atos-em-todo-pais-reivindicam-valorizacao-dos-trabalhadores-as-da-educacao-publica>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CUNHA, J. **Escolas Particulares avaliam entrar na justiça contra suspensão da reforma do ensino médio.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/04/escolas-particulares-avaliam-entrar-na-justica-contrasuspensao-da-reforma-do-ensino-medio.shtml>). Acesso em: 05 abr. 2023.

LIGUORI, G. VOZA, P. **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 1º ed, 2017.

MELLO, D. **Estudantes fazem passeata pela revogação do novo ensino médio em SP.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/estudantes-fazem-passeata-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio-em-sp>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MONCAU, G. **‘Hoje a aula é na rua’: estudantes fazem atos em 51 cidades pela revogação do novo ensino médio.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/15/hoje-a-aula-e-na-rua-estudantes-fazem-atos-em-51-cidades-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 21 mar. 2023.

VILELA, P. R. **Em reunião com Lula, CNTE pede revogação do novo ensino médio.** Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/em-reuniao-com-lula-cnte-pede-revogacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 21 mar. 2023.

[1] Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/15/estudantes-fazem-ato-na-av-paulista-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio.ghtml>